

RESENHA

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018. 152 p. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

ENTRE ENCRUZILHADAS, FRONTEIRAS E INTERSECCIONALIDADES

BETWEEN CROSSING, BORDERS AND INTERSECTIONALITIES

Tailane Santana Nunes¹

Sem dúvidas, o conceito de interseccionalidade representa um avanço importante para os estudos sociais na contemporaneidade. Através de uma perspectiva teórico-metodológica complexa, esta ferramenta analítica supera as abordagens dicotômicas comuns nas ciências sociais ao evidenciar os cruzamentos e sobreposições de opressões que ocorrem na vida de grupos sociais marginalizados. Fruto da experiência de mulheres negras que vivenciam as fronteiras da marginalidade social e podem observar como as diversas opressões se cruzam e incidem sobre as realidades sociais, a interseccionalidade tem sua origem no cerne dos movimentos feministas negros e foi apresentada como um conceito estruturado por Kimberlé Crenshaw no *Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*, na Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001.

No documento, Crenshaw argumenta que as discriminações de raça e gênero não são mutuamente excludentes e propõe um método para a identificação das variadas

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: tailanenunes@outlook.com

formas de subordinação oriundas da interação destas e outras diversas matrizes de opressão.

Numa contribuição ímpar aos debates interseccionais no Brasil, o livro *Interseccionalidade*, da autora baiana Carla Akotirene, busca refletir as raízes políticas, os fundamentos e também os contrapontos ao conceito de interseccionalidade elaborado por Kimberlé Crenshaw. A obra, que foi publicada pelo Selo Sueli Carneiro em conjunto com a Editora Pólen, em 2018, faz parte da *Coleção Feminismos Plurais*, coordenada pela filósofa Djamila Ribeiro, e que tem como principal objetivo apresentar para o público em geral questões importantes referentes aos mais diversos feminismos, de forma didática e acessível. Em formato de livro de bolso, o exemplar se caracteriza por sua leitura prática e fluída. Estruturada em cinco capítulos ao longo de 152 páginas, a escrevivência potente e poética de Carla Akotirene rejeita o academicismo excludente e nos guia numa imersão ao conceito de interseccionalidade, apresentando-o como uma “[...] sensibilidade analítica capaz de oferecer instrumentos para uma investigação social centrada na inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (p.14).

No primeiro capítulo, denominado *Cruzando o Atlântico em memória da interseccionalidade*, a autora apresenta o conceito de interseccionalidade e dá diretrizes quanto à utilização do mesmo em investigações que versem sobre a matriz colonial moderna; estrutura de poder que é alicerçada e interligada a outras múltiplas estruturas de dominação como racismo, sexismo, xenofobia, LGBTfobia, entre outras. De acordo com Akotirene, é necessário que os grupos vitimados por estas estruturas estejam atentos para uma instrumentalidade conceitual de raça, classe, nação e gênero, evitando um desvio analítico para apenas um eixo de opressão. Elucidando tal proposta, a autora evidencia como o feminismo negro, desde sua fundação, trabalha a questão racial simultaneamente à superação de estereótipos de gênero e privilégios de classe. Conforme argumenta, “[...] o feminismo negro dialoga concomitante entre/com encruzilhadas, digo, avenidas identitárias do racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo (p.16)”.

Logo no capítulo seguinte, intitulado *Vamos pensar direito: interseccionalidade e mulheres negras*, Akotirene aprofunda esta análise relacional entre o conceito de

Resenha – Entre encruzilhadas, fronteiras e interseccionalidades – Tailane Santana Nunes – p. 246-250

interseccionalidade e as especificidades das mulheres negras. A autora busca abordar como as distinções, entre as pautas do feminismo negro e do feminismo eurocentrado, desestabilizaram a categoria de mulher universal utilizada pelo feminismo tradicional e que contemplava somente um grupo específico de mulheres. Denunciando o elitismo e o racismo da Lei Maria da Penha no Brasil, Akotirene argumenta que o epistemicídio da teoria feminista eurocentrada produziu altos índices de violências contra a mulher negra. Segundo a autora, as primeiras delegacias especializadas no atendimento à mulher eram baseadas em uma produção teórica sobre violência de gênero que invisibilizava demarcadores raciais e adotavam um caráter universalizante produzido por feministas brancas. Neste sentido, as metodologias interseccionais surgiam como necessárias, pois, como se sabe, “[...] além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado (p.40)”. Neste sentido, num contraponto ao que está posto, a utilização do conceito de interseccionalidade nestas investigações poderia oferecer subsídios para uma igualdade analítica entre os variados eixos de opressão, evitando-se o fenômeno da subinclusão, gerado quando os aspectos que caracterizam um problema interseccional são absorvidos pela estrutura de gênero sem qualquer tentativa de reconhecer o papel do racismo ou outra forma de discriminação que possa ter exercido na situação.

Em continuidade à abordagem acerca das diferenças entre as mulheres, Carla Akotirene apresenta seu terceiro capítulo, *Atlântico e diferenças entre irmãs: críticas ao conceito de interseccionalidade*. Por meio do diálogo com autoras africanas como Oyèrónkẹ Oyěwùmí, Akotirene explana sobre a utilização de categorias de gênero ocidentais em sociedades africanas sem a devida observância das especificidades culturais. Observa, pela crítica africana, que “[...] as epistemologias feministas difundiram conceitos, ideias e emoções de maneira hegemônica, transpondo significados mal traduzidos” (p.47). Com isso, somos introduzidos às críticas direcionadas aos conceitos feministas e aos estudos de gênero pautados em categorias ocidentais simplistas e binárias. Segundo autoras africanas, a categoria de gênero é historicamente recente para alguns povos africanos e não determina enfaticamente as estruturas das relações sociais,

Resenha – Entre encruzilhadas, fronteiras e interseccionalidades – Tailane Santana Nunes – p. 246-250

pois o ponto de vista biológico não produz poder cultural nestas sociedades e sim a categoria de antiguidade/idade/geração.

Por conseguinte, ainda na esteira das contribuições críticas realizadas ao conceito de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, no seu quarto capítulo, intitulado *A crítica de Angela Davis*, Carla Akotirene nos apresenta a perspectiva da intelectual e ativista quanto ao conceito de interseccionalidade. Segundo Davis, a interseccionalidade vivencia um paradoxo ao reivindicar justiça social através de aparelhos do Estado e do Direito moderno que são conhecidos por sua seletividade racial e pela promoção de políticas de encarceramento em massa da população negra. Engajada nos movimentos pelo abolicionismo penal, Angela Davis denuncia que “[...] a interseccionalidade de Crenshaw está servindo para garantir êxitos dos chamados por ela, “feminismos carcerários”, engajados na punição de homens negros agressores de mulheres” (p.61). Akotirene ainda nos revela que a crítica de Angela Davis “[...] atravessa a geopolítica da interseccionalidade a fim de desacreditar cooperações internacionais disfarçadas que, na verdade, seriam interesses de controle populacional dos Estados Unidos para com países africanos” (p.62). Além disso, de acordo com as observações de Akotirene, Davis também pontua o fato de que o conceito de interseccionalidade concebido por Crenshaw repete o conteúdo do pensamento feminista negro sem dar os devidos créditos às mulheres que antecederam a formulação do termo.

Por fim, no último capítulo do livro, *Cruzar o Atlântico nem sempre encerra a travessia*, Carla Akotirene nos oferece uma guisa de provocações e posicionamentos políticos quanto ao conceito de interseccionalidade. A autora celebra a coragem de Kimberlé Crenshaw ao propor a interseccionalidade no âmbito do Direito, setor branco e elitista, e destaca o fato de que quando intelectuais negras desafiam a estrutura do racismo elas assumem consequências disso.

Ao mesmo tempo, enquanto feminista negra, Carla Akotirene também se posiciona em defesa do conceito de interseccionalidade e finaliza com uma reflexão potente: “Por mais que argumentem que a interseccionalidade reitera o discurso de punição, no campo prático, nenhuma de nós gostaria de ver o assassino da feminista negra

Resenha – Entre encruzilhadas, fronteiras e interseccionalidades – Tailane Santana Nunes – p. 246-250

lésbica vereadora Marielle Franco em liberdade [...]” (p.64). Atingida pelas avenidas identitárias do racismo, sexismo e lesbofobia, Marielle Franco representa muitas das mulheres negras que são brutalmente silenciadas pela matriz colonial moderna de opressão. Na luta contra este fluxo, Akotirene defende que “A interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas” (p.64).

Do nosso ponto de vista, após a experiência intensa de imersão ao conceito de interseccionalidade que Carla Akotirene nos proporciona em seu livro, é inevitável reconhecer o quão necessária esta obra se constitui para compreendermos as nuances da abordagem interseccional como um todo: suas raízes, críticas e contribuições. Entretanto, é preciso ressaltar igualmente, que a leitura do livro não dispensa a consulta dos textos de Kimberlé Crenshaw, especialmente o *Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero*, onde a autora apresenta o conceito de interseccionalidade de forma estruturada para o mundo.

Paralelamente, a obra de Carla Akotirene traz consigo uma característica singular ao nos proporcionar um “estado da arte” acerca das diferentes perspectivas dos feminismos negros, o que a torna excelente para pesquisadoras(es) que almejam descobrir e consultar referenciais teóricos que abarquem as relações de gênero, raça e sexualidade, superando a dependência epistemológica das teorias hegemônicas.

Recebido em: 11/12/2020 Aprovado em: 26/03/2021
--